

Projeto no Senado convoca Constituinte

NOV 1980

O GLOBO

BRASILIA (O GLOBO) — O senador Orestes Quercia (PMDB-SP) apresentou ontem em plenário uma nova proposta de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que seria eleita em 1982.

O senador Aloísio Chaves (PDS-PA) disse que "o Congresso Nacional, basta ler a Constituição, não tem esses poderes. Uma constituinte só será possível através de um entendimento suprapartidário, envolvendo necessariamente o presidente da República. Do contrário, não há saída jurídica para isso".

DISTRITO FEDERAL

Considerando "falacioso e inconsistente" o argumento de que a população do Distrito Federal não faz política, porque não exerce o direito de voto, o senador Bernardino Viana (PDS-PI) apresentou à Comissão Mista parecer contrário às propostas de emenda constitucional que visam à representação política para o DF.

O parecer será votado pela Comissão até o próximo dia 2, e pelo Congresso em março de 1981.

O relator da matéria indaga se é conveniente ao Distrito Federal ter representação política, e se social e economicamente isso seria proveitoso para a capital do País. Em seguida, observa:

— Essas e outras indagações devem ser aprofundadas para que tenhamos condições de admitir alterações como estas constantes das propostas de emenda constitucional que foram dadas a relatar, pois, de outro modo, poderíamos estar incorrendo em erro irreparável e prejudicial aos interesses do povo laborioso desta progressista capital.

As propostas em exame foram apresentadas pelo senador Itamar Franco e pelo deputado Epitácio Cafeteira. A primeira sugere uma Assembleia Legislativa no DF, e a segunda prevê representação na Câmara dos Deputados e no Senado.

Na justificativa de sua proposição, o senador Itamar Franco destaca que a experiência do DF, de 20 anos, sem representantes, "emudecendo, politicamente, um dos mais robustos centros cívico-culturais do País, fez com que os poderes se exercessem sem o influxo da opinião pública, que só é realmente atuante quando vota, quando pode exercer o poder de fiscalização que incumbe à Nação sobre o Estado".

No parecer, o senador Bernardino Viana ressalta que "faz-se política, também e principalmente, na imprensa, no exercício da função pública e profissional liberal, nas lides e aspirações estudantis, de classes sociais, no cotidiano".

Esse entendimento é diferente do que tem o deputado Epitácio Cafeteira, para quem "infelizmente, o cidadão brasileiro ainda não teve a sua vez de participar efetivamente do processo político e administrativo de sua cidade e de seu País".